



USP INICIA 2024 COM MAIS PROBLEMAS DERIVADOS DO PRIVATISMO

A situação exige: Retomar imediatamente a mobilização! Derrotar o privatismo e autoritarismo!

O curso de Medicina da USP está em greve, desde o dia 7 de março. Os estudantes aprovaram, em assembleia geral de mais de 300 pessoas, a paralisação das aulas, até que suas reivindicações sejam atendidas. São elas:

- 1) contra a privatização do ensino público e da saúde pública, e contra o “Experiência HC” (programa no qual estudantes de fora da USP, inclusive de faculdades privadas, pagam para ter acesso ao complexo hospitalar do HC, e sobre o qual há diversos relatos de que estão prejudicando o internato (“residência”), além de ter acesso a procedimentos e espaços que, muitas vezes, os próprios estudantes não têm).
- 2) contra o autoritarismo da diretoria e as ameaças de retirada do termo de uso do Porão, espaço histórico e simbólico para o corpo discente.
- 3) contra o atual e recente modelo da prova de residência, que agora, basicamente, é feito de questões objetivas, sem prova prática, resumindo a aprovação a uma preparação teórica divorciada da prática objetiva, sustentada por “cursinhos” de residência – favorecendo-os para terem maiores lucros, à custa da degradação da formação médica.
- 4) contra o fim do subsídio alimentar dos estudantes: a diretoria quer cortar de imediato a verba direcionada para subsidiar a alimentação de estudantes e funcionários, feita no restaurante do espaço do CAOC.

O programa “Experiência HC” tem conteúdo privatista e de destruição do ensino público de medicina. Segue a linha da abertura do HC aos planos de saúde, que o utilizam e estão devendo uma fábula, apesar de cobrarem alto as mensalidades. Utilizam os recursos públicos aumentando seus lucros e impedindo muitas vezes seu uso aos que não têm condições de pagar os planos de saúde privados. Levado à prática, o “Experiência HC” priorizará também a prática paga por estudantes de fora, em detrimento das necessidades dos estudan-

tes da USP, da mesma forma que os Planos de Saúde já são favorecidos em seu atendimento. Entre os estudantes da USP, logo somente poderão praticar no HC se também pagarem, ou nem mesmo poderão.

As provas “objetivas” sem prática formarão médicos piores, sem que tenham de se preocupar com sua formação prática, e ainda beneficiam diretamente os cursinhos pagos, prejudicando os estudantes que não possam pagar por eles. Privatismo + sucateamento.

O ataque ao uso estudantil do porão do prédio principal é histórico, pois, esse espaço é usado há décadas pelos estudantes, para sua organização política (reuniões do CAOC e do Conselho de Centros Acadêmicos ocorrem aí), e para outras atividades de integração. Se a reitoria pretende construir um restaurante universitário, que seja em outro lugar, e que seja sob controle de quem o utiliza (estudantes e funcionários), e não uma empresa privada, que vai fazer da permanência estudantil um lugar de lucro, à custa da universidade pública. No entanto, as promessas da reitoria não se cumprem. Veja-se o caso do Bloco D do Crusp, que está há anos em reforma, e as vagas de moradia dali não foram repostas. O que existe de concreto é a ameaça de despejo do atual restaurante e ocupação do espaço pela reitoria, o que não se pode admitir.

O corte do subsídio às refeições de estudantes e funcionários é, ao mesmo tempo, uma medida de ataque às condições de permanência estudantil, e uma chantagem para que o espaço no porão seja entregue à reitoria pelos estudantes. Por isso, não se pode aceitá-lo.

As reivindicações dos estudantes convergem para a luta contra o privatismo e o autoritarismo da burocracia universitária, e para a defesa da universidade pública. É preciso projetar essa luta como uma luta do conjunto do movimento estudantil da USP, que sofre com o privatismo nas demais unidades, com suas particularidades.

Mais um passo na privatização do espaço estudantil na ECA – é preciso defender o espaço do CALC com a mobilização!

O espaço da prainha e o prédio dali são espaços históricos de resistência de estudantes e funcionários. Ali foi a sede da Asusp, que depois virou Sintusp, o Sindicato dos Funcionários da USP, despejados pela reitoria em 2017. Ali passou a ser a sede do CALC (dividindo o prédio com o Sintusp), centro acadêmico de todos os cursos da ECA, que tem uma história de luta contra a ditadura militar, no Fora Collor, em defesa da USP pública e gratuita, e pela real democracia universitária.

A burocracia universitária pretende despejar dali o CALC e instalar no lugar um projeto de empresa júnior e outros de interesse privado, o chamado Criateca. Mais uma vez, o privatismo em oposição aos interesses do conjunto dos estudantes.

A defesa do espaço do CALC é a defesa da liberdade de organização e unidade dos estudantes. Enfraquecer ou destruir o centro acadêmico serve à desorganização e divisão dos estudantes, e favorece à burocracia universitária autoritária em seus planos de impor as medidas de favorecimento privado.

Estudantes da Escola de Arte Dramática da ECA têm sofrido com a falta de professores, existe a ameaça concreta de fechamento. Somente a contratação de docentes pode salvar a EAD-ECA.

A mobilização dos estudantes da ECA também se coloca em oposição ao privatismo e em defesa da USP pública e gratuita. Da mesma forma que na medicina, é preciso projetar sua luta para ganhar a força necessária para derrotar a reitoria e o governo em sua política privatista e de sucateamento da USP.

É preciso retomar as pendências da greve de 2023

A greve estudantil de 2023 se expandiu praticamente a todos os cursos da USP. A principal reivindicação, que levou

a que a greve se espalhasse como um rastilho de pólvora pela universidade, era a de contratação dos professores e funcionários necessários ao funcionamento dos cursos. A perda de professores, sem reposição suficiente na última década, levou cursos à ameaça de fechamento. Outros cursos ficaram muito sucateados, sem as disciplinas necessárias para a formação dos estudantes.

O plano da reitoria, apresentado publicamente, era o de impor um plano de 879 contratações de professores, nada de funcionários, a serem realizadas até 2025, assentado no critério de “mérito”. Estudantes exigiam mais de 1.400 professores, e mais de 5.400 funcionários, imediatamente, e sem o critério do “mérito”. O critério do “mérito” conclui contratando mais professores para as unidades que menos precisam, e menos professores para aquelas que mais precisam, ou seja, agrava a situação das unidades com mais problemas.

As direções do movimento estudantil, incluídas as do DCE e CAs, se subordinaram a negociar com a reitoria no campo do plano estabelecido por ela, passando por cima das reais necessidades dos estudantes, apontadas nas assembleias. O resultado foi a antecipação de contratações, mas ainda dentro dos critérios de “mérito” estabelecidos pela burocracia universitária. Isso vai manter os cursos mais afetados com menos professores contratados.

Por isso, é preciso retomar as reivindicações da greve de 2023, para defender o funcionamento dos cursos e impedir o fechamento de outros, com a contratação de todos os professores e funcionários necessários, e sem o critério de “mérito”, mas sim o de necessidade.

A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL CONTINUA SENDO ATACADA. É preciso defendê-la como parte do direito ao ensino público e gratuito!

O bloco D do Crusp, em reforma há anos, segue como um corte no número de vagas para moradia, sem reposição. Os blocos K e L, prometidos desde 2010 que seriam devolvidos aos estudantes, continuam semiocupados por escritórios da reitoria. Sem moradia da USP, muitos estudantes têm de arcar com os altos aluguéis na região, cada vez mais caros. E os que estão nas moradias sentem o sucateamento das bolsas, por estarem muito abaixo das necessidades de sua real permanência. Os ônibus circulares continuam superlotados, sem que se aumente a frota para o atendimento, e excluindo usuários com deficiência, etc. A reitoria pensa numa nova linha, mas mantendo a mesma frota, como fez quando criou a 3ª linha. A única beneficiada de verdade com isso será a Viação Gato Preto, que recebe os pagamentos das passagens da USP, e poderá lotar ainda mais seus ônibus. Mais uma vez, é o privatismo que sai ganhando.

A defesa da permanência afeta todos os estudantes, não apenas os moradores, bolsistas ou usuários do Circular e restaurantes. Quanto mais difícil e caro ficar para os estudantes permanecerem na universidade, piores serão suas condições de ensino, ou até mesmo cheguem ao abandono dos cursos. Ao contrário, a permanência deve ser cada vez mais estimulada, de forma a garantir de verdade o acesso ao ensino público e gratuito.

Cabe ao DCE e aos CAs convocarem as assembleias gerais de curso e de toda a USP, para organizar a luta unitária contra o privatismo e o sucateamento da universidade! É preciso retomar a greve estudantil, para desta vez impor à reitoria e ao governo as reivindicações!

Os problemas que apontamos afetam a grande maioria dos estudantes. O único grito que a reitoria e o governo escutam é o das ruas, das ocupações e da greve. A ida às ruas, com bloqueios e manifestações, é o meio de afetar a economia, ganhar apoio da população assalariada, e obter a força necessária para derrotar a reitoria e o governo. Convocar a unidade na luta junto a outros movimentos que também combatem o privatismo e o sucateamento dos serviços públicos – professores e funcionários das redes estadual e municipal.

Não se pode aceitar a paralisia das organizações estudantis diante de tamanhos ataques às condições de ensino e à universidade pública e gratuita! Exijamos a mais ampla convocação das assembleias em nossos cursos! Exijamos a mais ampla convocação da assembleia geral dos estudantes da USP! Que se realizem sob a mais ampla democracia estudantil: direito à divergência, soberania das decisões coletivas, subordinação das instâncias eleitas às bases. Assim colocaremos nosso movimento novamente de pé, para derrotar a reitoria e o governo e conquistar as nossas necessidades mais sentidas! ■

Pelo imediato fim do processo disciplinar contra estudantes da USP que apoiam a Palestina! Pela ruptura de todos os convênios e acordos da USP com o estado sionista de Israel!

Estudantes da USP, do Comitê em Solidariedade ao Povo Palestino, estão sofrendo um processo administrativo disciplinar, que pode levar, desde a suspensão, até a eliminação desses estudantes, de acordo com o regime disciplinar, que foi estabelecido durante a ditadura militar, em 1972, e até hoje está vigente. Só para se ter uma ideia, esse regime estabelece a possibilidade de processar estudantes até mesmo pela roupa que vestem. O processo se fundamenta em uma fala feita numa assembleia durante uma greve do curso de Ciências Moleculares. A burocracia universitária acusa os estudantes de discurso de ódio, quando eles denunciaram o genocídio sionista sobre os palestinos em Gaza, e de terem impedido atividades acadêmicas. Assim como na ditadura militar, a administração da USP considera a greve um crime, e a denúncia de genocídio de mais de 30 mil palestinos por parte de um enclave dos EUA no Oriente Médio, outro crime. A burocracia universitária autoritária assume seu lugar, à frente da perseguição sionista, e do ataque ao

direito democrático de greve dos estudantes.

É uma tarefa do movimento estudantil, mas também de todas as organizações e correntes que se dizem democráticas, erguerem um forte movimento contra a perseguição política aos estudantes processados.

É preciso também rechaçar que a USP mantenha qualquer acordo ou convênio com o Estado sionista de Israel. Não é coincidência que organizações privatistas no interior da USP (Inova, AUCANI) colaborem ativamente com Israel. Qualquer colaboração com o enclave genocida é cumplicidade com o assassinato em massa e expulsão de suas regiões dos palestinos. ■

Pelo imediato fim do processo disciplinar contra estudantes da USP que apoiam a Palestina! Pela ruptura de todos os convênios e acordos da USP com o estado sionista de Israel!